



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak
MENSAGEM Nº 04/2019/GG

Teresina (PI), 18 de fevereiro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 18 / 02 / 2019

Fábio Nov

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me às Vossas Excelências para que seja submetida à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Ordinária que “*Institui, no âmbito das Secretarias da Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e da Agência de Tecnologia da Informação, o Sistema de Gestão Integrada de Riscos, e dá outras providências*”.

O Governo do Estado do Piauí é chamado ao desafio de implementar políticas públicas de segurança voltadas ao enfrentamento de riscos que provoquem danos irreparáveis à população, como: rebeliões e motins nos presídios, embaraços à liberdade de locomoção e disponibilidade dos bens, à livre iniciativa e ao exercício do trabalho, como o que vem ocorrendo em alguns Estados brasileiros em que organizações criminosas que operam no interior de unidades penitenciárias comandam ações de depredação de bens e assassinatos, fatos que causam medo na população e desafiam a paz social.

Na mesma linha de raciocínio as instituições democráticas são chamadas a participarem de um programa integrado que promova a redução e até mesmo o resgate de cenários de tranquilidade, exigindo:

[...] dos julgadores e aplicadores do Direito, criatividade e empenho para a sua solução. É necessário que, a despeito do arcabouço jurídico muitas vezes defasado, eles estejam preparados para lidar com os conflitos emergentes em uma sociedade heterogênea e complexa. Por exemplo: muitas vezes a resolução de litígios implica a implementa-

18, 02, 19
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE
Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

ção de políticas públicas, cuja responsabilidade é também do Poder Executivo, que deveria igualmente ser chamado a atuar¹.

São muitas as estratégias que o Governo do Estado vem adotando na prevenção e enfrentamento à violência no Piauí, porém é chegado o momento de se transformar políticas de governo em políticas de Estado, a fim de que as estratégias possam se sedimentar definitivamente no campo das Instituições de Segurança Pública, Assistência Social e Justiça, de forma perene e sem solução de continuidade, pois a sociedade piauiense clama por estratégias de contenção de violência e do crime, importando no reconhecimento legal por parte de Vossas Excelências.

A Secretaria de Segurança Pública, com o apoio da Secretaria de Governo, da Secretaria de Planejamento e técnicos do PNUD/ONU elaborou, ainda em 2017, o primeiro Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, tendo sido aprovado em reunião do CONESP no dia 19/09/2018. Como inexistia à época em que foi elaborado uma Política Nacional que orientasse as ações a serem desenhadas, o:

*[...] Plano Estadual de Segurança Pública [...] se alinhou às premissas internacionais, nacionais e estaduais relacionadas com o tema, objetivando proporcionar qualidade de vida e desenvolvimento humano com base nos princípios: 1. **Reserva do humano**: significa posicionar o ser humano no centro dos estudos; 2. **Dignidade humana**: modelo de gestão pautado no respeito à subjetividade humana, especialmente de pessoas vulneráveis como seres singulares e destituídos de estereótipos generalizantes e de versões idealizadas homogeneizantes; 3. **Boa administração pública**: eliminar todas as formas de discriminação; 4. **Princípio da Integralidade**: recusa ao reducionismo e à fragmentação, recusa à objetivação do sujeito e 5. **Gestão democrática**: participação da comunidade na gestão da segurança pública. Referidos princípios nortearão cinco eixos norteadores do Plano: 1. **Valorização profissional e otimização das condições de trabalho**; 2. **Governança da Segurança**; 3. **Segurança e participação social** e 4. **Prevenção social do crime e da violência e construção da cultura de paz** e 5. **Segurança e dinâmica socioeconômica dos territórios**².*

O sexto eixo, não explícito por ocasião das Plenárias de Segurança, foi debatido por especialistas de segurança por se tratar de tema que envolvia sigilo das informações e diz respeito à defesa social e repressão qualificada do crime e da violência.

Os eixos norteadores foram desenhados para servirem de ponto inicial para qualquer proposta que se pretenda formular no âmbito da Segurança Pública Estadual, daí a necessidade

¹ TIVERON, Raquel. A justiça restaurativa e a emergência participativa na direção do direito. |Contribuições para a teoria e para a prática democrática. Revista de Informação Legislativa, Ano 50, nº. 197, jan/mar, 2013, p.175.

² PLANO PARTICIPATIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA – TODOS PELA SEGURANÇA. Teresina, Piauí, março/2018. http://www.ssp.pi.gov.br/download/201806/SSP08_a7bbeba3c8.pdf.



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

de se colocar, no centro dos eixos, a categoria “Risco”. Embora de difícil caracterização, compreende-se “Risco” como qualquer evento capaz de infligir dano que possa ocorrer, sem prejuízo de outros, em decorrência de manifestações populares, desastres, distúrbios, calamidades, comoção social, atos de intolerância, ações de organizações criminosas, ataques cibernéticos, implantação de grandes empreendimentos, realização de grandes eventos, crises institucionais e econômicas.

Nesse sentido, MELLO (2008, p.141), ao expor considerações acerca da noção de “redução de risco” no tocante aos usuários de drogas, argumenta que:

*Apesar da abrangência de práticas e domínios recobertos pela noção de “redução de risco”, parece haver uma concordância de que a lógica que as norteiam estão referidas à **interdisciplinaridade** e à **consciência do problema como da ordem da saúde pública**. Isto quer dizer que **não se trata somente de um assunto de polícia, mas de um assunto que envolve um conjunto de atores sociais e ideias que enfatizam a prevenção e a consideração de diversos aspectos da vida e dos contextos social, político, econômico e cultural** nos quais se inserem os usuários de drogas³ (os grifos são nossos).*

É possível acoplar o pensamento de Mello aos riscos de ordem da segurança pública no sentido da necessidade de se atentar ao aspecto da interdisciplinaridade para formular políticas de redução de riscos que desvelem as práticas de *background*⁴ muito embora não seja possível explicitar todos os riscos.

Por ser categoria transversal, a categoria risco dialoga com os seis eixos norteadores do Plano Estadual, fazendo-se necessária, para compreendê-lo e gerenciá-lo, a criação de um Sistema Integrado de Gestão de Riscos relacionado à política criminal nos aspectos sociais, econômicos, étnico-raciais, ambientais, políticos, culturais, religiosos e tecnológicos.

Dessa forma, propõe-se que o Sistema Integrado de Gestão de Riscos poderá ser ativado por processo específico formado pelas etapas seguintes⁵:

1 - Contextualização Interna e Externa – definição das diretrizes e protocolos e compatibilização com os ambientes organizacionais ou internos como governança, estrutura organizacional, funções e responsabilidades, políticas de segurança, estratégias, capacidades, competências,

³ MELLO, Kátia Sento Sé. “O último elo da corrente”: uma experiência de redução de risco. In Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada. Org. LIMA, Roberto Kant; MOUZINHO, Glaucia Maria Pontes; NASCIMENTO, Andréa Ana do; LATINI, Juliana Lopes. Booklink Publicações, Rio de Janeiro, 2008.

⁴ Termo cunhado por John R. Searle ao se referir a “habilidades e práticas de fundo”, que no Dicionário informal da língua inglesa significaria “um conjunto de condições, circunstâncias ou antecedentes de uma situação, acontecimento ou fenômeno” ou então “som que se ouve em segundo plano em determinado ambiente ao qual se presta menor atenção”.

⁵ <http://www.valec.gov.br/documentos/governanca/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos.pdf>.



sistemas de informação, processos de tomada de decisão, relações com as partes interessadas, cultura organizacional, dentre outros aspectos e o ambiente externo em que a segurança atua: cultural, social, político, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, dentre outros.

2 - Identificação dos Riscos – consiste no levantamento e consolidação das informações atinentes ao risco capazes de impedir, degradar, retardar, criar, intensificar ou acelerar o desenvolvimento das ações de segurança pública. Uma vez compiladas as informações são elas contextualizadas na realidade empírica circundante a fim de que se identifique fontes do risco, áreas de impacto, eventos (incluindo alterações nas circunstâncias), suas causas (fatores de risco), consequências e impactos potenciais, assim como eventuais reações em cadeia acionadas por impactos específicos, ainda que as fontes ou causas dos riscos não estejam sob o controle da Administração Pública. Para FORNI, “[...] o segredo está na importância do estágio de identificação dos riscos, que não podem ser subestimados. Quando os sinais prematuros de perigo ou ameaça potenciais são ignorados ou mal interpretados, uma crise pode estar chegando⁶”.

3 - Análise dos Riscos – capacidade de atribuir a probabilidade e o impacto associado às consequências negativas, e/ou positivas, para a cada evento de risco identificado de modo a determinar os respectivos níveis de riscos.

4 - Avaliação dos Riscos – capacidade para avaliar o nível de risco a fim de determinar a ordem de prioridade e de que maneira e/ou com que grau de intensidade os riscos devem ser tratados.

5 - Tratamento dos Riscos – processo cíclico que se inicia com a apreciação dos controles existentes, se os níveis de riscos são aceitáveis ou toleráveis, e posteriormente na relação custo-benefício e de melhoria dos controles e/ou implementação de um novo tratamento para os riscos, caso seja constatado que os riscos são inaceitáveis.

6 - Planos de Contingência - elaboração e implementação de um planejamento de ações e medidas necessárias, devendo-se mantê-las prontamente disponíveis, para reduzir os impactos decorrentes da materialização de um risco.

7 - Monitoramento - processo cíclico de avaliação, com frequência definida para cada contexto, e consiste em acompanhar a eficácia da Gestão de Riscos através da análise crítica do conjunto de riscos identificados e seus indicadores, da documentação e comunicação das lições aprendidas ao longo do Processo de Gestão de Riscos, a fim de diagnosticar e corrigir eventuais incompatibilidades e inadequações, favorecendo assim seu contínuo aperfeiçoamento. Segundo FORNI, “[...] o processo de gerenciamento de crises [...] começa com a Gestão de risco, o que

⁶ FORNI, João José. *Gestão de crises e comunicação*. Ed. Atlas, São Paulo, 2013, p. 96.

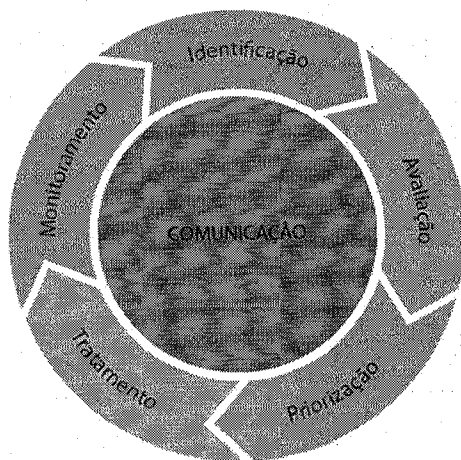


implica 'vigilância' permanente para evitar o pior. Fazer Gestão de risco significa perseguir a cultura dessa vigilância responsável, em que cada empregado ou diretor seja também um 'gerente de risco'⁷".

8 – Comunicação – consiste na comunicação com todos as partes interessadas indispensável para o sucesso da Gestão de Riscos ao permitir o fluxo eficaz de informações, definindo o contexto de forma apropriada com o apoio de diversas áreas de conhecimento para identificar e analisar riscos, levando em conta diferentes pontos de vista. Ainda segundo FORNI, o processo de gerenciamento de crises “[...] se completa com a comunicação de risco: ações de comunicação também voltadas para mitigar ou evitar a crise” e “[...] ajuda a opinião pública a se informar, monitorar e reagir a determinados riscos, que poderiam redundar em crises e ainda não se consumaram. Funciona como um alerta [...] para evitar crises [...]. Ao manter a população alertada, permite tomar decisões no momento adequado⁸”.

Figura 1 – Processo de gerenciamento de riscos

Figura 1 – Ciclo da Gestão de Riscos



Fonte: <http://www.valec.gov.br/documentos/governanca/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos.pdf>.

Uma vez instituído o Sistema de Gestão Integrada de Riscos, as Instituições componentes da estrutura organizacional da Secretaria de Segurança – CBM, PC e PM, elaborarão Metodologias e Protocolos de Alto, Médio e Baixo Risco com base nas temáticas previstas na lei aqui proposta e nas competências de cada uma delas.

Ao se imbricar os postulados de risco aos eixos do Plano Estadual de Segurança Pública, vê-se a configuração que se segue:

⁷ FORNI, João José. **Gestão de crises e comunicação**. Ed. Atlas, São Paulo, 2013, p. 90.

⁸ FORNI, João José. **Gestão de crises e comunicação**. Ed. Atlas, São Paulo, 2013, p. 90.



EIXO 1 – VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Os profissionais de segurança pública e de assistência social serão capacitados nas Metodologias e Protocolos de Risco elaborados pelo Comitê Gestor, seja sob o ponto de vista da cultura organizacional (riscos funcionais: à saúde física e psicológica), seja pelos riscos externos, para proporcionar a difusão da Doutrina de Gestão de Riscos na totalidade de unidades de Segurança Pública e de Assistência Social, tendo em vista que os riscos não se restringem a uma ou outra unidade específica, mas com transcendência à tradicional ideia de território, população ou outras inferências que permitam mensurá-lo.

EIXO 2 – GOVERNANÇA DA SEGURANÇA

O Sistema Integrado de Gestão de Riscos exigirá diálogo integrativo com os diversos setores da Administração Pública Estadual com vistas à operacionalização da Doutrina de Riscos.

EIXO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Plano Estadual prevê a criação de Câmara Temática de Segurança Pública, com integrantes das forças de segurança locais (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Forças Armadas) e da comunidade representada. Referida Câmara possibilitará o fortalecimento da integração, cooperação e pactuação entre as instituições e a sociedade civil e, por conseguinte, a identificação, análise e gestão dos cenários de riscos.

Nesse sentido, a desconstrução de categorias discriminatórias incorporadas pelo conjunto social perpassa pela conscientização e sensibilização da sociedade sobre os mecanismos de controle erigidos pela própria comunidade. Pretende-se por meio da adoção de estratégias junto a escolas e demais espaços organizacionais e políticos (unidades de saúde, universidades, Igrejas, programas de atenção à família).

De outro ponto a contenção e prevenção dos riscos advindos da circulação de veículos e dos conflitos agrários necessitam ser compartilhados com a sociedade para que se reduzam cenários de violência.

EIXO 4 - PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

Nesse eixo, o Plano Estadual enfatiza a solidariedade humana e a responsabilidade social com vistas à construção de uma cultura de paz fazendo ver à sociedade que determinadas crenças e posturas reforçam, por um lado, preconceitos e por outro lado acentuam riscos. Há, portanto, violências estruturais modeladas em cenários pré-concebidos (discriminações contra determinados segmentos); violências outras que necessitam fundamentalmente de enfrentamento com intervenções pedagógicas (trânsito) e violências decorrentes de dificuldades de acesso à terra.



EIXO 5 - SEGURANÇA E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA

O Plano de Segurança prevê a criação e implantação do Sistema de Gestão Integrada de Riscos com protocolos que estabeleçam metodologias repressivas, alternativas, consensuais e preventivas, conforme o grau de risco. A estratégia requer, nos termos do Plano: regulamentação da Inteligência estratégica; criação e implantação de sistema de diagnóstico estratégico; expansão do Núcleo de Inteligência para alcançar os 12 territórios de desenvolvimento; implantação do Gabinete de Gestão de Crise no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada e capacitação integrada dos profissionais que atuam na inteligência estratégica.

EIXO 6 – DEFESA SOCIAL E REPRESSÃO QUALIFICADA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos aos presos temporários e definitivos com base em Política de Gestão de Riscos baseada em categorias objetivas (Teóricas) e subjetivas (Contextuais) que proporcionem cenários de Avaliação de Riscos de Presos Provisórios nivelados em Alto, Médio e Baixo Risco de Complexidade, com a finalidade de desenvolver estratégias de prevenção e enfrentamento de riscos no âmbito do sistema penitenciário, considerando as categorias seguintes:

- a) Grau de maturidade na atividade criminosa entendida como carreira criminal, emprego de violência física, patrimonial e/ou psíquica;
- b) Modo de atuação delituosa, como: atuação em conjunto; emprego de armas de fogo, biológicas e/ou explosivos; comércio de drogas ilícitas; monopólio e controle da atividade danosa; hierarquia organizacional; planejamento/liderança de ações que resultem danos sociais acentuados; emprego de instrumentos/ ferramentas tecnológicos modernos e forma cruel das ações.
- c) Habilidades pessoais do autor, dentre as quais: manuseio de armas de fogo/biológicas e explosivos; falsificação; digitais; técnicas (engenharia, saúde, contábil); liderança; capilaridade institucional; conexões com grupos criminosos transnacionais, internacionais e nacionais e capacidade para empreender fuga.
- d) Repercussão da ação delituosa: em território transnacional/internacional/nacional/regional; que causem danos ambientais, comoção social, embaraços à economia, impressão da lei do silêncio, massacres e rebeliões dentro e fora de unidades prisionais, coletivo de vítimas, desastres e catástrofes.

Uma vez delineado o nível de risco, ficará a cargo da Secretaria de Justiça - SEJUS – no caso de imputáveis e Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC – no caso de inimputáveis, desenvolver estratégias de prevenção e enfrentamento dos riscos no sistema prisional e de medidas socioeducativas.



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Para os Imputáveis, a avaliação do nível de risco norteará as ações que a SEJUS desenvolverá:

ALTO RISCO:

- Encarceramento de segurança máxima;
- Profissionais especializados na perspectiva do alto risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; direito de preferência nos processos de promoção na carreira; incentivo financeiro);
- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de alto risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do alto risco.

MÉDIO RISCO:

- Escola internato;
- Profissionais especializados na perspectiva do médio risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; incentivo financeiro compatível com o nível médio de risco);
- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de médio risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do médio risco.

BAIXO RISCO:

- Escola internato;
- Profissionais especializados na perspectiva do baixo risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; incentivo financeiro compatível com o nível baixo de risco) e valorizados;
- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de baixo risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do baixo risco.
- Aplicação de penas alternativas adversas encarceramento.

No caso dos Inimputáveis, a avaliação do nível de risco norteará as ações que a SASC desenvolverá:

ALTO RISCO:

- Internação com monitoramento permanente;
- Profissionais especializados na perspectiva do alto risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; direito de preferência nos processos de promoção na carreira; incentivo financeiro);
-



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de alto risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do alto risco.

MÉDIO RISCO:

- Escola internato;
- Profissionais especializados na perspectiva do médio risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; direito de preferência nos processos de promoção na carreira; incentivo financeiro);
- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de médio risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do médio risco.

BAIXO RISCO:

- Escola internato;
- Profissionais especializados na perspectiva do baixo risco e valorizados (monitoramento da saúde física e psíquica; incentivo financeiro com o nível baixo de risco);
- Armamentos, equipamentos, tecnologias e padrão arquitetônico compatíveis com as categorias de baixo risco;
- Adoção de Protocolos e Metodologias na perspectiva do baixo risco.
- Aplicação de penas alternativas adversas encarceramento.

As medidas têm por escopo propiciar ao preso condições para retornar à liberdade da melhor forma possível em um processo que privilegie o consenso e a responsabilidade pelo seu desenvolvimento pessoal.

Dessa forma, em virtude da extrema importância da matéria, solicito aos membros desse Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Governador do Estado do Piauí




Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

PROJETO DE LEI Nº 02 , DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 18 / 02 / 2019


1º Secretário

Institui, no âmbito das Secretarias da Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e da Agência de Tecnologia da Informação, o Sistema de Gestão Integrada de Riscos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Sistema de Gestão Integrada de Riscos no âmbito das Secretarias da Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e da Agência de Tecnologia da Informação, orientado pela gestão de riscos de natureza econômica, social, ambiental, étnico-racial, política, cultural, religiosa, tecnológica e institucional relacionados com a segurança pública e a defesa social.

Art. 2º Considera-se risco qualquer evento capaz de infligir dano, decorrente, sem prejuízo de outros, de manifestações populares, desastres, distúrbios, calamidades, comoção social, atos de intolerância, ações de organizações criminosas, ataques cibernéticos, implantação de empreendimentos, realização de grandes eventos e crises institucionais e econômicas.

Art. 3º Os riscos são nivelados em Alta, Média e Baixa complexidade, sendo subdivididos em Alto/Alto, Alto/Médio, Alto/Baixo, Médio/Alto, Médio/Médio, Médio/Baixo, Baixo/Alto, Baixo/Médio e Baixo/Baixo, tomando-se por base categorias objetivas (teóricas) e subjetivas (contextuais), na forma estabelecida pelo Anexo Único desta Lei.

Art. 4º As categorias objetivas relacionam-se com o fato típico, tipicidade e demais elementos intrínsecos às infrações penais, previstas em normas de Direito Interno e Internacional.

Parágrafo único. São categorias objetivas para os efeitos desta Lei, sem prejuízo de outras:

I – Pena privativa de liberdade em abstrato cominadas às infrações penais do Código Penal brasileiro, da Lei de Contravenções Penais e Lei Penais Especiais;

II – Contumácia na prática de infrações penais, que inclui, sem prejuízo de outras, a reincidência, prevista nos arts. 63 e 64 do Código Penal brasileiro, e a permanência e reiteração da ação.

Art. 5º As categorias subjetivas relacionam-se com os sujeitos protagonistas e suas inter-relações com os contextos econômico, social, ambiental, étnico-racial, político, cultural, religioso, tecnológico e institucional.

Parágrafo único. São categorias subjetivas para os efeitos desta Lei, sem prejuízo de outras:



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

I – Grau de maturidade na atividade criminosa, entendida como carreira criminal, emprego de violência física, patrimonial e/ou psíquica;

II – Modo de atuação delituosa, como: atuação em conjunto; emprego de armas de fogo/biológicas e/ou explosivos; comércio de drogas ilícitas; monopólio e controle da atividade danosa; hierarquia organizacional; planejamento/liderança de ações que resultem danos sociais acentuados; emprego de instrumentos/ferramentas tecnológicos modernos e forma cruel das ações;

III – Habilidades pessoais do autor, dentre as quais: manuseio de armas de fogo/biológicas e explosivos; falsificação; uso de ferramentas digitais; aplicação de conhecimento técnico específico; liderança; capilaridade institucional; conexões com grupos criminosos transnacionais, internacionais e nacionais e capacidade para empreender fuga;

IV – Repercussão da ação delituosa: em território transnacional/internacional/nacional/regional; que causem danos ambientais; comoção social; embaraços à economia; impressão da lei do silêncio; massacres e rebeliões dentro e fora de unidades prisionais; coletivo de vítimas; desastres e catástrofes.

Art. 6º Caberá às Secretarias da Segurança Pública, da Justiça e da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos elaborar Metodologias e Protocolos Integrados na perspectiva de risco, nivelados em Alta, Média e Baixa complexidade com base nas categorias disciplinadas no Anexo Único desta Lei e considerando peculiaridades organizacionais e contextos regionais e locais.

Art. 7º As informações fornecidas pelos órgãos e entes participantes serão consolidadas em sistema informatizado próprio de Informações Integradas de Risco, a ser elaborado e monitorado pela Agência de Tecnologia da Informação – ATI.

Art. 8º O Sistema de Gestão Integrada de Riscos possuirá a seguinte estrutura:

I – 1 (um) Comitê de Gestão Integrada de Riscos da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica – CIGERP, competindo-lhe a coordenação geral das atividades e ainda:

a) Elaborar Política de Gestão de Riscos Integrada com enfoque na Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária e Política Socioeducativa;

b) Definir metodologias, protocolos e procedimentos voltados à gestão de riscos no âmbito da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica;

c) Monitorar as ações implementadas;

d) Propor capacitação dos servidores públicos afetos às áreas que atuem com temáticas de risco no âmbito da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica;

e) Expedir atos normativos para a aplicação das diretrizes da Política de Gestão de Riscos no âmbito da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica.

II – Câmaras Temáticas - CT relacionadas a eventos críticos decorrentes de manifestações populares, desastres, distúrbios, calamidades, comoção social, atos de intolerância, ações de organizações criminosas, ataques cibernéticos, implantação de grandes empreendimentos, realização de grandes eventos, crises institucionais e econômicas, competindo-lhes o desenvolvimento do Processo de Gestão Integrada de Riscos – PGR;



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

III – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão Integrada de Riscos – NEPGIR, competindo-lhe a produção e o desenvolvimento de pesquisas, estudos, capacitações e dados integrados com as Diretorias, Agência de Tecnologia da Informação e Unidades de Ensino das Instituições de Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária e Instituições de Ensino Superior Público e Privado;

IV – Unidades de Gestão de Risco na Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Justiça, Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e Agência de Tecnologia da Informação.

Parágrafo único: o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão Integrada de Riscos – NEPGIR – poderá desenvolver ações por iniciativa própria e/ou em parcerias com as Diretorias e Unidades de Ensino das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social, Política Penitenciária, Agência de Tecnologia da Informação e Instituições de Ensino Superior Público e Privado.

Art. 9º O Comitê de Gestão Integrada de Riscos da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica – CIGERP será composto pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, que o presidirá, Secretário de Estado de Justiça, Secretário da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e Diretor-Geral da Agência de Tecnologia da Informação e por 1 (um) representante de cada uma das três Instituições de Segurança Pública: Corpo de Bombeiros Militar – CBM, Polícia Civil – PC e Polícia Militar – PM, designados por ato do Secretário de Segurança Pública.

Art. 10. O Processo de Gestão de Riscos – PGR contemplará as seguintes fases:

I – Contextualização Interna e Externa;

II – Identificação dos Riscos;

III – Análise dos Riscos;

IV – Avaliação dos Riscos;

V – Tratamento dos Riscos;

VI – Planos de Contingência;

VII – Monitoramento;

VIII – Comunicação.

Parágrafo único. As fases do Processo de Gestão Integrada de Risco, bem como os seus procedimentos, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, nos limites estabelecidos por esta Lei.

Art. 11. A organização, o funcionamento e as demais competências do Comitê Integrado de Gestão de Riscos da Segurança Pública, Defesa Social, Política Penitenciária, Política Socioeducativa e Tecnológica – CIGERP, assim como dos órgãos e entes componentes, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, nos limites estabelecidos por esta Lei.

Art. 12. Lei específica disporá sobre a estrutura administrativa que as Secretarias da Segurança Pública, Justiça, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e a Agência de Tecnologia da Informação, como integrantes do Sistema de Gestão Integrada de Riscos, deverão contar para o desenvolvimento das ações específicas voltadas ao gerenciamento e avaliação de riscos no âmbito de suas competências.



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 18 de ~~FEVEREIRO~~ de 2019.

Assinatura manuscrita do Governador do Estado do Piauí, feita com uma caneta preta, apresentando traços fluidos e uma longa extensão para a esquerda.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO



ANEXO ÚNICO TABELA 1 - CATEGORIAS DE ALTO RISCO

CATEGORIAS ALTO/ALTO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|----------|---|---|--|---|--|
| > 4 ANOS | <ul style="list-style-type: none">• PERMANENTE• REINCIDENTE• REITERAÇÃO | <ul style="list-style-type: none">• CARREIRA CRIMINAL | <ul style="list-style-type: none">• EM CONJUNTO• ARMAS DE FOGO/BIOLOGICAS E EXPLOSIVOS• COMERCIALIZAÇÃO DROGAS• MONOPÓLIO E CONTROLE• HIERARQUIA ORGANIZACIONAL• PLANEJAMENTO/LIDERANÇA DE AÇÕES QUE RESULTEM DANOS SOCIAIS ACENTUADOS• INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS MODERNOS• FORMA CRUEL | <ul style="list-style-type: none">• MANUSEIO DE ARMAS DE FOGO/BIOLOGICAS E EXPLOSIVOS• FALSIFICAÇÃO• DIGITAIS• TÉCNICAS (engenharia, saúde, contábil)• LIDERANÇA• CAPILARIDADE INSTITUCIONAL• CONEXÕES COM GRUPOS CRIMINOSOS TRANSNACIONAIS, INTERNACIONAIS E NACIONAIS• CAPACIDADE DE EMPREENDER FUGA | <ul style="list-style-type: none">• TRANSNACIONAL/INTERNA-CIO-• NACIONAL/REGIONAL• AMBIENTAL• COMOÇÃO SOCIAL• EMBARAÇOS À ECONOMIA• IMPRESSÃO DA LEI DO SILÊNCIO• MASSACRES E REBELIÕES DENTRO E FORA DE UNIDADES PRISIONAIS• COLETIVO DE VÍTIMAS• DESASTRES• CATÁSTROFES |

CATEGORIAS ALTO/MÉDIO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|----------|---|---|--|--|---|
| > 4 ANOS | <ul style="list-style-type: none">• PERMANENTE• REINCIDENTE• REITERAÇÃO | <ul style="list-style-type: none">• CARREIRA CRIMINAL | <ul style="list-style-type: none">• ISOLADO• ARMAS DE FOGO• INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS MODERNOS• EXPLORAÇÃO DE JOGOS ILICITAIS E DA PROSTITUIÇÃO | <ul style="list-style-type: none">• MANUSEIO DE ARMAS DE FOGO/BIOLOGICAS E EXPLOSIVOS• DIGITAIS• FALSIFICAÇÃO• CAPILARIDADE INSTITUCIONAL | <ul style="list-style-type: none">• INTERESTADUAL |

44



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

CATEGORIAS ALTO/BAIXO

PENA CONTUMÁCIA

MATURIDADE NA
ATIVIDADE CRI-
MINOSA

MODO DE ATUAÇÃO

HABILIDADES

REPERCUSSÃO

> 4 ANOS

- PERMANENTE
- REINCIDENTE
- REITERAÇÃO

- CARREIRA CRIMINAL

- EM CONTINÚO
- ARMAS DE FO-
GO/BIOLOGICAS/EXPLOSIVO
- INSTRUMENTOS TECNOLÓGI-
COS MODERNOS

- MANUSEIO DE ARMAS DE FO-
GO/BIOLOGICAS E EXPLOSIVOS
- DIGITAIS
- FALSIFICAÇÃO

- ESTADUAL

83



TABELA 2 - CATEGORIAS DE MÉDIO RISCO

CATEGORIAS MÉDIO/ALTO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|-------------|-------------------------------------|-----------------------------------|---|---|--------------------------------------|
| >2 ≤ 4 ANOS | • CIRCUNSTANCIAL • EVENTUALIDADE | • EMPREGO DE VIOLENCIA FÍSICA | • EM CONJUNTO/INDIVIDUAL • ARMAS DE FOGO | • MANUSEIO DE ARMAS DE FOGO • DIGITAIS • FALSIFICAÇÃO | • ESTADUAL/MUNICIPAL • INDIVIDUAL |

CATEGORIAS MÉDIO/MÉDIO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|-------------|-------------------------------------|--|---|----------------------------------|-------------------------|
| >2 ≤ 4 ANOS | • CIRCUNSTANCIAL • EVENTUALIDADE | • EMPREGO DE VIOLENCIA FÍSICA OU PSICOLÓGICA | • EM CONJUNTO/INDIVIDUAL • ARMAS DE FOGO • INSTRUMENTOS PERIFÉRICOS • CORANTES | • FORÇA FÍSICA • FALSIFICAÇÃO | • INDIVIDUAL • LOCAL |

CATEGORIAS MÉDIO/BAIXO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|-------------|-------------------------------------|--|---|----------------|--------------|
| >2 ≤ 4 ANOS | • CIRCUNSTANCIAL • EVENTUALIDADE | • EMPREGO DE VIOLENCIA FÍSICA OU PSICOLÓGICA | • EM CONJUNTO/INDIVIDUAL • ARMAS DE FOGO | • FORÇA FÍSICA | • INDIVIDUAL |



TABELA 3 - CATEGORIAS DE BAIXO RISCO
CATEGORIAS BAIXO/ALTO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|----------|---------------------------------|--------------------------------------|---|-------------|-------------------------------------|
| ≤ 2 ANOS | • PERMANENTE • EVENTUALIDADE | • NÃO HÁ EMPREGO DE VIOLÊNCIA FÍSICA | • EM CONJUNTO/INDIVIDUAL • NÁ HÁ EMPREGO DE ARMA DE FOGO NEM INSTRUMENTO PÉRFUROCORTANTE | • INEXISTE | • INDIVIDUAL • CONTEXTO FAMILIAR |

CATEGORIAS BAIXO/MÉDIO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|----------|-----------------|--|--|-------------|-----------------------------|
| ≤ 2 ANOS | • EVENTUALIDADE | • HÁ EMPREGO DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL e PSÍQUICA | • INDIVIDUAL • HÁ EMPREGO DE OBJETOS DISTINTOS DE ARMAS DE FOGO E ARMAS BRANCAS | • INEXISTE | • INDIVÍDUO AL/INTERPESSOAL |

CATEGORIAS BAIXO/BAIXO

| PENA | CONTUMÁCIA | MATURIDADE NA ATIVIDADE CRIMINOSA | MODO DE ATUAÇÃO | HABILIDADES | REPERCUSSÃO |
|----------|------------|-----------------------------------|-----------------------|-------------|-------------|
| ≤ 2 ANOS | • INEXISTE | • INEXISTE | • INDIVIDUAL/COLETIVO | • INEXISTE | • COLETIVA |